

Sumário

CAPÍTULO 1 ► O controle concentrado e abstrato de constitucionalidade e os princípios da não surpresa e do contraditório substancial e da motivação específica	19
<i>Ana Paula de Barcellos</i>	
I. INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DO CONTRADITÓRIO E DA MOTIVAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	19
II. CONTRADITÓRIO E MOTIVAÇÃO PARA ALÉM DA NATUREZA OBJETIVA DOS PROCESSOS DE CONTROLE CONCENTRADO E ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	24
III. PRINCÍPIOS REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO: CONTRADITÓRIO E MOTIVAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTROLE CONCENTRADO E ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	28
IV. CONCLUSÃO	32
CAPÍTULO 2 ► Do cabimento da reclamação em relação à origem da decisão no Supremo Tribunal Federal e a sucessão de decisões no tempo em relação à mesma matéria: uma análise da posição do STF no caso da constitucionalidade do artigo 71, §1º, da Lei n. 8.666 de 1993.....	33
<i>Bianca Mendes Pereira Richtel</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	33
2. RECLAMAÇÃO: ASPECTOS GERAIS	34
2.1. CONCEITO E FINALIDADE	36
2.2. HIPÓTESES DE CABIMENTO DE ACORDO COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	38
3. RECLAMAÇÃO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE OBJETIVO	40
4. RECLAMAÇÃO E PRECEDENTES	42
4.1 RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA E RECLAMAÇÃO	45
4.2. DA NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS.....	47
5. ANÁLISE DE CASO: ADC 16 E RE 760.931.....	50
5.1. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE N. 16 E A QUESTÃO DO OBTEN DICTUM	52
5.2. SUPERVENIÊNCIA DE PRECEDENTE, SEUS EFEITOS E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	54
6. CONCLUSÕES.....	57
REFERÊNCIAS	58
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	62
CAPÍTULO 3 ► O controle concentrado de constitucionalidade e o precedente normativo no CPC/15.....	63
<i>Trícia Navarro Xavier Cabral e Brigida Roldi Passamani</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	63
2. EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DOS MODELOS DE CONTROLE E A SUPERACÃO DO PARADOXO METODOLÓGICO NO CPC/15	64

2.1. BREVES APONTAMENTOS ACERCA DO ESCORÇO HISTÓRICO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	64
2.2. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A SUPERAÇÃO DO “PARADOXO METODOLÓGICO” DO DIREITO PROCESSUAL.....	67
3. A CONCILIAÇÃO DAS TÉCNICAS PROCESSUAIS: A EFICÁCIA DA DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO E A VINCULAÇÃO DO PRECEDENTE	70
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	75
CAPÍTULO 4 ► O precedente vincula, mas qual é o seu conteúdo? Análise do princípio da colegialidade na formação dos precedentes no controle concentrado de constitucionalidade à luz da ADI 4.983/CE	77
<i>Lara Dourado Mapurunga Pereira e Davi Mendes</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	77
2. O PRECEDENTE NO NOVO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO	79
3. O PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA	84
4. O JULGAMENTO DA ADI 4983/CE: ANÁLISE DA(S) DECISÃO(ÕES).....	88
5. O PRECEDENTE FORMADO NO JULGAMENTO DA ADI 4983/CE	95
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
CAPÍTULO 5 ► Reflexões sobre a intervenção de terceiros no processo de controle concentrado de constitucionalidade – a intervenção do particular, do colegitimado e do “amicus curiae” na ADI, ADC e ADPF.....	103
<i>Dirley da Cunha Júnior</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	103
2. A INTERVENÇÃO DO PARTICULAR.....	104
3. A INTERVENÇÃO DO COLEGITIMADO	106
4. A INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE	109
5. A INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE NO CPC/2015	115
6. CONCLUSÃO	116
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
CAPÍTULO 6 ► Os pronunciamentos do STF sobre questões constitucionais e sua repercussão sobre a coisa julgada (impugnação ao cumprimento do título executivo inconstitucional e a regra especial sobre prazo de ação rescisória).....	119
<i>Eduardo Talamini</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	119
2. SENTIDO E FINALIDADE DA NORMA	120

3.	IMPUGNAÇÃO COM CARÁTER RESCISÓRIO	121
4.	A ORIGEM, NO DIREITO COMPARADO	121
5.	CONSTITUCIONALIDADE DA REGRA.....	122
6.	HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA	123
6.1.	PRONUNCIAMENTO DO PLENÁRIO DO STF	123
6.2.	ENFRENTAMENTO DIRETO E RELEVANTE DA QUESTÃO (<i>RATIO DECIDENDI</i>) PELO PLENÁRIO	123
6.3.	DECISÃO REVESTIDA DE EFICÁCIA VINCULANTE ERGA OMNES	124
6.4.	DECISÃO DE CONSTITUCIONALIDADE, INCONSTITUCIONALIDADE OU DE INTERPRETAÇÃO CONFORME	126
6.5.	DECISÃO ANTERIOR À FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL	126
7.	MODULAÇÃO DE EFEITOS.....	126
8.	DESCONSTITUIÇÃO DO DECISUM ANTERIOR E NOVO JULGAMENTO	128
9.	IMPRESCINDIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO	129
10.	INAPLICABILIDADE ÀS DECISÕES DECLARATÓRIAS E CONSTITUTIVAS	130
11.	LIMITES DE APLICABILIDADE DA AÇÃO RESCISÓRIA PREVISTA NOS ARTS. 525, § 12, E 535, § 5º	130
12.	DIREITO INTERTEMPORAL	132
13.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133

CAPÍTULO 7 ► O processo decisório no Supremo Tribunal Federal e o papel do ministro relator: notas a partir da aplicação do novo código de Processo Civil no controle abstrato de constitucionalidade 137
Eneida Desiree Salgado e João Víctor Archegas

1.	O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O PAPEL DO RELATOR NOS TRIBUNAIS.....	137
2.	UMA VISÃO CRÍTICA DO PROCESSO DECISÓRIO NO STF	140
3.	O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO POSSÍVEL VETOR DE TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DO RELATOR NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	145
4.	O ENVIO PARA CONCILIAÇÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO: A ESTRATÉGIA DA NÃO-DECISÃO SOBRE O AUXÍLIO MORADIA	153
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156

CAPÍTULO 8 ► O efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade: uma análise a partir da teoria da transcendência dos fundamentos determinantes 159
Fernanda Gomes e Souza Borges

1.	INTRODUÇÃO.....	159
2.	CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE	160
3.	EFEITO VINCULANTE DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	164
4.	TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS FUNDAMENTOS DETERMINANTES	165
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174

CAPÍTULO 9 ► Notas sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	177
<i>Marcelo Abelha Rodrigues e Filipe Ramos Oliveira</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	177
2. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E O IRDR	178
3. O PROBLEMA: IRDR INSTAURADO A PARTIR DE MÚLTIPLOS PROCESSOS EM QUE A QUESTÃO DE DIREITO SEJA A INCONSTITUCIONALIDADE DE UM ATO NORMATIVO	182
3.1. PANORAMA DO PROBLEMA	182
3.2. IRDR E O INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	184
3.3. O IRDR, SUA EFICÁCIA VINCULANTE E O SISTEMA MISTO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..	185
4. CONCLUSÕES.....	192
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193
Capítulo 10 ► Uma nítida predileção legislativa: A eficácia rescindente e deseficazante da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	197
<i>Gabriel de Carvalho Pinto</i>	
1. APRESENTAÇÃO	197
2. O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	198
2.1. MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	200
3. O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E O MICROSSISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES	202
3.1. A EFICÁCIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS	205
4. A PREDILEÇÃO DO LEGISLADOR PELA DECISÃO DO CONTROLE DE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE COMO PRECEDENTE	208
5. CONCLUSÃO	210
6. BIBLIOGRAFIA.....	211
Capítulo 11 ► Controle difuso no novo CPC.....	215
<i>Geovany Cardoso Jeveaux e Hermes Zaneti Júnior</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	215
2. RAZOABILIDADE V. PROPORCIONALIDADE	218
3. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	224
4. ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO V. INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO JUDICIAL.....	226
5. CONCLUSÃO	240
6. REFERÊNCIAS	241
capítulo 12 ► Questão prejudicial, coisa julgada e transcendência dos motivos determinantes nas ações de controle concentrado de constitucionalidade Prejudicial question, claim preclusion and binding precedent in concentrated judicial review.....	243
<i>Marcos Youji Minami, Ravi Peixoto e João Paulo Lordelo G. Tavares</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	243

2.	DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	244
2.1.	QUESTÕES PRINCIPAIS E INCIDENTES	244
2.2.	DAS QUESTÕES PRELIMINARES E PREJUDICIAIS	245
3.	DA COISA JULGADA.....	246
4.	COISA JULGADA DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS INCIDENTAIS	247
5.	DAS FORMAS DE ANÁLISE DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	250
6.	DA (IN)ADAPTABILIDADE DO REGIME DA COISA JULGADA DA QUESTÃO PREJUDICIAL AO CONTROLE CONCENTRADO-ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	254
7.	DAS DIFERENÇAS ENTRE A TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES E A COISA JULGADA ESPECIAL	259
8.	CONCLUSÕES.....	264
9.	REFERÊNCIAS	265

Capítulo 13 ► A Declaração de inconstitucionalidade, a modulação de efeitos e a coisa julgada inconstitucional positivada pelo CPC/2015 269
Juliana Mendes de Oliveira Wagner e Vinicius Silva Lemos

1.	INTRODUÇÃO.....	269
2.	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	269
2.1.	AS ESPÉCIES DE AÇÕES	271
2.2.	DA PROPOSITURA AO JULGAMENTO	275
2.3.	OS REFLEXOS DO JULGAMENTO PELA INCONSTITUCIONALIDADE	276
3.1.	A RELAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE COM AS DECISÕES DE MÉRITO JÁ PROFERIDAS.....	279
4.	A MODULAÇÃO DE EFEITOS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E O IMPACTO NA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL	282
4.1.	A SEGURANÇA JURÍDICA COMO BASE SISTÊMICA.....	284
4.2.	A POSSIBILIDADE DE MODULAÇÃO DOS EFEITOS: O CARÁTER PROSPECTIVO	285
4.3.	O IMPACTO DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS NA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL	286
5.	CONCLUSÃO	287
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	288

Capítulo 14 ► O Novo Código de Processo Civil e a aproximação do controle concreto ao controle abstrato de constitucionalidade 289
Lianne Macedo Soares

1.	INTRODUÇÃO.....	289
2.	BREVE HISTÓRICO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO.....	290
3.	MECANISMOS DE APROXIMAÇÃO DOS DOIS MODELOS DE CONTROLE ANTERIORES AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	291
3.1.	PODERES MONOCRÁTICOS DO RELATOR	291
3.2.	DISPENSA DE REEXAME NECESSÁRIO.....	291

3.3.	SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSOS.....	292
3.4.	REPERCUSSÃO GERAL.....	292
3.5.	SISTEMÁTICA DE JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS.....	293
3.6.	SÚMULA VINCULANTE.....	293
4.	INOVAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	294
5.	CONCLUSÃO.....	297
6.	REFERÊNCIAS.....	298

Capítulo 15 ► A superação de decisão declaratória de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal por meio da reclamação constitucional.. 301
LUIZ CARLOS DE ASSIS JUNIOR

1.	INTRODUÇÃO.....	301
2.	O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E A DECISÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	302
3.	A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL: ORIGEM E CABIMENTO.....	307
4.	A RECLAMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REVISÃO DA DECISÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE EM CONTROLE CONCENTRADO.....	311
4.1.	CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS NA DECISÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	311
4.2.	O JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO 4374/PE.....	312
4.3.	A RECLAMAÇÃO COMO MEIO DE REVISÃO DA DECISÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	315
5.	CONCLUSÕES.....	322
6.	REFERÊNCIAS.....	323

Capítulo 16 ► Repercussões do CPC na cooperação do *amicus curiae* no processo de controle concentrado de constitucionalidade em matérias tributárias..... 325
MARCELO SIGNORINI PRADO DE ALMEIDA

1.	INTRODUÇÃO.....	325
2.	CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NAS RELAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	326
2.1.	CONTROLE CONCENTRADO E REPERCUSSÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	326
2.2.	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A TEORIA DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS.....	328
3.	DECISÕES JUDICIAIS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E LIMITES DE INTERFERÊNCIA DOS ARGUMENTOS CONSEQUENCIALISTAS NAS LIDES TRIBUTÁRIAS.....	330
4.	PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO: IMPORTÂNCIA DOS TERCEIROS INTERESSADOS E AMICUS CURIAE.....	331
4.1.	O DEVER DE COLABORAÇÃO.....	331
4.2.	A FIGURA DO AMICUS CURIAE: FISCAL E COLABORADOR NO CONTROLE CONCENTRADO.....	333
5.	POSSIBILIDADE DA COLABORAÇÃO E ATUAÇÃO DE TERCEIROS EM PROCESSOS TRIBUTÁRIOS: ANÁLISE DAS ADI 5881, ADI 5886 E ADI 5890.....	336
6.	CONCLUSÃO.....	339
7.	BIBLIOGRAFIA.....	340

Capítulo 17 ► O que significa “decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade”?	343
<i>Murilo Teixeira Avelino</i>	
1. DIGRESSÕES INTRODUTÓRIAS.....	343
1.1. <i>RATIO DECIDENDI</i>	345
1.2. <i>STARE DECISIS</i>	347
2. PRIMEIRA PARTE DO PROBLEMA – EFICÁCIA VINCULANTE DA FUNDAMENTAÇÃO EM ADI	348
3. SEGUNDA PARTE DO PROBLEMA – INADMISSIBILIDADE DO MANEJO DE RECLAMAÇÃO POR DESRESPEITO À <i>RATIO DECIDENDI</i> DAS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO	351
4. ALGUMAS NOTAS SOBRE O SISTEMA DE PRECEDENTES CONSAGRADO NO CPC.....	352
5. (IN)CONCLUSÕES – O QUE SIGNIFICA “DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE”?.....	355
6. UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO	358
7. REFERÊNCIAS	362